

Assentamento Capelinha: do espaço de trabalho dos assentados à assistência técnica participativa¹

CLÁUDIO UBIRATAN GONÇALVES
Universidade Federal Fluminense

1. Considerações iniciais

AS AÇÕES NO CAMPO POLÍTICO do assentamento rural de reforma agrária devem ser entendidas como um processo de significados que se desdobram a partir do acampamento. Não obstante, nosso estudo lança luz sobre o trabalho e as formas de produção do espaço geográfico que deram origem ao assentamento Capelinha. Nessa perspectiva, interessa-nos aqui a organização do trabalho e dos trabalhadores no assentamento, as ações de intervenção praticadas pelos técnicos-mediadores, e as transformações no território através da ação coletiva dos assentados.

Para Santos (1999:101), a cada evento geográfico e histórico, a forma recria-se a partir do conteúdo espacial e vice-versa. No seu modo de ver, a forma-conteúdo não pode ser considerada apenas como forma, nem apenas como conteúdo. Ela significa que o evento, para realizar-se, encaixa-se na forma disponível mais adequada a que se realizem funções de que é portador. Desde o momento em que o evento passa a acontecer, a forma, o objeto que o acolhe ganha uma outra significação, provinda desse encontro. Em termos de significação e de realidade, um não pode ser entendido sem o outro, e, de fato, um não existe sem o outro. Não há como vê-los separadamente.

Mediante o anteposto, o assentamento é um processo histórico de transição e transformação, de organização do território, do espaço agrário em questão.

No assentamento, o lugar social e as relações se processam como fonte de poder e resistência. “Integrados” ou “excluídos” do sistema econômico competitivo, os trabalhadores constroem estratégias que garantem a materialização e a reprodução de sua existência. E a terra pode ser um desses elementos que garantem essa existência.

Com a apropriação da terra, novos desafios vêm à tona, principalmente, na esfera do campo político onde ocorrem, de forma marcante, a correlação de forças e as tomadas de decisões. A conquista da terra une sujeitos com interesses diferentes pela própria trajetória histórica de cada um. Quando lançamos nosso olhar privilegiando a escala do assentamento, estamos olhando o espaço que se faz político na realização da diversidade de experiências e estratégias. Em nosso caso, o espaço deve ser compreendido como um conjunto indissociável de diferentes elementos e interesses, construído pelas relações sociais num movimento contínuo de transformação da natureza e da sociedade.

O assentamento Capelinha, objeto de nossa análise, está localizado no município de Conceição de Macabu, que possui uma área de 313 km² e uma população estimada pelo IBGE em 18.706 habitantes. O município em apreço é polarizado economicamente por Macaé e Campos dos Goytacazes. Durante o período áureo do Proalcool, configurou-se como espaço de transição do sistema canavieiro campista. Com o impacto da crise do setor, temos, em meados dos anos 80, uma abertura para nova experiência produtiva na região com a transferência de trabalhadores sem-terra da área metropolitana e a constituição do primeiro assentamento no município: o assentamento São Domingos.

Esses eventos são chaves para compreendermos todo o processo que se desdobrará em Capelinha. Inicialmente, os assentados de São Domingos conquistaram os espaços da luta por terra, e, de certa forma, prepararam o território para experiências semelhantes. Apesar de toda a gama de dificuldades enfrentadas pelos acampados de Capelinha, o assentamento São Domingos contribuiu para a consolidação do projeto de ocupação definitiva do território da reforma agrária.

2. Organização do trabalho e produção espacial

NESSE SENTIDO, PERCEBEMOS QUE O INTERVALO de tempo de treze meses, que vai da ocupação das terras da fazenda até o deslocamento dos assentados para seus lotes² e o recebimento dos primeiros créditos, marcou profundamente o

modo de organização da produção e a constituição do assentamento. O discurso da maioria dos entrevistados atribui a esse período de intensa mobilização e solidariedade a característica de ser um momento tomado de conflitos e mudanças em suas vidas a partir do novo lugar onde passaram a morar.

O ser “Sem Terra” está relacionado à formação do sem-terra brasileiro como um novo sujeito social, que se constitui também como um novo sujeito sociocultural, estando nessa condição uma das dimensões importantes da sua força política atual, que extrapola sua influência para além dos limites da questão agrária (Caldart, 2000:23).

Assim, o momento que antecedeu o assentamento, além de ter sido um espaço de socialização de experiências políticas e culturais entre os acampados, permitiu ensaiar algumas formas organizativas de luta visando à permanência na terra, e que foram utilizadas posteriormente. Algumas dessas formas devem ser encaradas como chave explicativa na construção da identidade coletiva. Elas continuaram fazendo parte da nova realidade imposta pelos acontecimentos cotidianos – a criação do assentamento.

Primeiramente, focalizaremos as atividades praticadas através dos grupos de trabalho existentes na fase do acampamento. Essas atividades foram influenciadas pelo espírito coletivo e disciplinador da Comissão da Terra e são lembradas por alguns assentados de forma positiva, como algo que deveria ter continuado.

Os pequenos grupos de trabalho, formados a fim de garantir a manutenção do acampamento, fortaleceram a consciência de coletividade de todos os acampados, acrescentando, com isso, um novo elemento na experiência da luta pela terra.

O pessoal era bastante unido, mais do que hoje. Dos 110³, que se eles fala eu não aceito os 28, tava todo mundo na rua, ninguém tinha sítio hoje em dia, eles foram tão unido, que eles discutiram, fizeram a reunião, eles apoiaram, não deixou que os 28 ficasse fora; mas a fazenda aqui foi pra 110, aí ficou pra todo mundo, quer dizer, na época teve mais união, hoje não. Hoje nós temos lá o campo de futebol, nós temos um time, o que acontece, eu vou lá fora e marco o jogo, mas não aparece ninguém. Tem até um rapaz, que ele tem um time dele mesmo, a maioria é filho, primo, tio, sobrinho; então o nosso time aqui de Capelinha é o time desse rapaz, mais fica sendo Capelinha porque ele é assentado aqui, então é o time de Capelinha. Time bom pra caramba, inclusive nós temos três trófeu.

Então, depois que o pessoal foi cada um pro seu sítio houve aquela divergência, não sei se é porque ficou longe um do outro, eu sei que quando tava todo mundo junto lá, o pessoal era mais coletivo (Assentado e ex-integrante da diretoria da Associação).

Constatamos que, durante a fase do acampamento, a união para superar as dificuldades impostas pela realidade, como a possibilidade de corte de vinte e oito famílias, foi maior devido à aproximação dos barracos dos acampados que formavam uma espécie de vila. Essa proximidade e a intensa convivência facilitada pelos encontros diários transformaram-se, diminuindo seu grau de intensidade a partir do momento em que cada um foi para seu lote. O mesmo não acontece na visão do segundo entrevistado que, durante a fase do assentamento, joga exclusivamente na mão do presidente da associação a responsabilidade pela incapacidade de incentivar os assentados a trabalharem e produzirem em grupo. Na sua opinião, sem esse incentivo de trabalho coletivo, seria inviável tirar o sustento somente da terra, reforçando assim a estratégia da pluriatividade dos assentados (Carneiro, 1994; Alentejano, 1997; Teixeira, 1998).

Um outro exemplo da persistência de grupos de trabalho coletivo nos moldes anterior vem de algumas pessoas no interior do assentamento, que procuram trabalhar a partir de ações coletivas, como é o caso do grupo de saúde. O grupo de saúde ainda existente, mas meio desmobilizado, é integrado por mulheres do assentamento, que trabalhavam com plantas medicinais. O grupo originou-se a partir de iniciativas de uma médica, voluntária da CPT, proveniente de Niterói, região metropolitana do Rio.

Nesse sentido, é preciso relativizar a concepção de espírito coletivo existente nos momentos da luta. Em cada momento, ele atende a objetivos específicos e, por vezes, manifesta-se sob a forma de conflitos devido aos choques de valores entre os princípios organizadores dos mediadores políticos e os princípios da população assentada. A idéia do espírito coletivo organiza o tecido social do assentamento.

Neste aspecto, Romano (1994:258) chama atenção para a tensão estrutural existente entre os princípios organizadores do assentamento. Na visão do autor, os mediadores tentam, através de seus discursos, que os assentados vivenciem a concepção igualitária pensada por eles. Por seu turno, os grupos de assentados trazem, com a sua prática, disposições, hábitos e tradições enraizadas no valor da hierarquia. Com isso, temos o conflito que passa a fazer parte das formas organizativas do assentamento.

Em segundo lugar, uma das formas organizativas herdadas diretamente do período do acampamento e que se tornaram paradigmáticas nos primeiros instantes da estruturação do assentamento foram as assembleias decisórias. Seguindo a lógica diferenciada da ocupação e da implantação do assentamento

e para efeito de análise, dividiremos esse fórum político em dois momentos: as assembléias dos acampados coordenadas pela Comissão da Terra, e as assembléias dos assentados coordenadas pela diretoria da Associação dos Trabalhadores Rurais da Fazenda Capelinha.

As assembléias, no período do acampamento, ocorreram diariamente e durante o seu acontecimento as coordenações dos grupos de trabalho avaliavam o andamento de cada setor: negociação, saúde, cozinha e segurança, entre outros. Esse momento era tomado pela divisão de tarefas, registro da pontuação das atividades desenvolvidas pelos Sem Terra e pelos embates e divergências de interesses entre os grupos antagônicos existentes. Muitos acampados viam naquelas reuniões uma perda de tempo devido aos desentendimentos provocados entre esses grupos. Mesmo assim, eram obrigados a se fazerem presentes, pois esses fóruns também contavam como atividade na pontuação para a conquista do lote. Nesses espaços decisórios e de aprendizado prático sobre coletividade, os acampados mantinham-se informados sobre as negociações, e todos votavam e deliberavam decidindo os rumos da ocupação.

As assembléias, os grupos de trabalho e a pontuação das atividades contribuíram para a formação da identidade “Sem Terra” dos assentados. Nesse sentido, chamam-nos a atenção esses mecanismos usados para adesão e construção do “nós”, que incluem não só os momentos reflexivos, como as místicas, mas também as regras de regulação dos acampados por parte das lideranças.

A seguir transcrevemos alguns depoimentos que ilustram melhor esse momento.

Tinha reunião todo dia de tarde, logo, assim que agente acampa toda hora tem reunião, reunião de coordenador, chama assim o fulano, pra saber o horário que você vai pegar, da sua segurança, pra falar das tarefas, aí descia pro Rio, ou pra Campos, tinha uns informe pra dar, outra hora chegava pessoa de fora; quando vinha uma noticiuzinha mais ou menos firme, mas quando vinha assim uma noticiuzinha mais sem vergonha, aí naquela noite agente já reforçava um pouquinho a segurança, já botava mais duplas (Acampado, integrante do grupo da segurança).

Sob outro ponto de vista, uma entrevistada acrescenta: “[...] tinha aquelas reuniões chatas, enjoada, pra tomar o tempo da gente” (Acampada, integrante do grupo da saúde).

Por seu turno, com a criação da Associação dos Trabalhadores Rurais da Fazenda Capelinha, as assembléias decisórias continuaram com seu poder

disciplinador e assumiram um novo significado na vida dos trabalhadores, como veremos a seguir.

A principal atividade da associação é a assembléia, sistematicamente realizada em todas as sextas-feiras, na sede da associação. As assembléias iniciam-se por volta das 16:00h e encerram-se por volta das 18:00 ou 18:30h, e são um momento de discussões de “questões” e “problemas internos” do assentamento. Algumas das “questões” discutidas são antes apresentadas pelos assentados à diretoria, no decorrer da semana, que as “leva para assembléia”. Parece haver aí um processo de classificação, nomeação e filtragem de “questões” importantes para serem investigadas.

Nesse momento, nas discussões das assembléias, foram contemplados os mais variados interesses individuais dos assentados por meio de artifícios do discurso, transformados em interesses de todos, dando sentido à luta e ao espírito coletivo ao grupo.

A nosso ver, a assembléia coordenada pela diretoria da associação assumiu a função pedagógica de criação de um espaço dialógico de aprendizado constante entre os moradores do assentamento. Esse aprendizado manifesta-se não só no âmbito político das formas organizativas, mas também no âmbito geográfico do trabalho e da produção espacial, como bem denuncia a paisagem do lugar. Capelinha é um dos poucos assentamentos que conquistou em tão pouco tempo (quatro anos) uma gama significativa de resultados positivos, como créditos, construções de prédios, apoios de prefeituras para plantio de mudas e construção de tanques para piscicultura, cursos de capacitação e aperfeiçoamento oferecidos por ONGs e universidades, entre outros benefícios.

Por esses entremeios, o assentamento obteve os primeiros resultados favoráveis, e passa a ser palco de alguns eventos interessantes evidenciados a partir da força coletiva e relativa consonância com os mediadores em torno dos objetivos do grupo.

[...] nas histórias que eu conheço de assentamento, Capelinha foi um dos primeiros assentamentos a ter o título de posse⁴ da terra, sem ter o sítio. A gente ficou seis meses, tinha os documentos na mão, mas não tinha terra. Tava acampado cada um com o título na mão, mas cadê o sítio? Não tem, porque era um todo, uma fazenda só, ela só veio se definir com nove meses. Foi que se definiram as divisões. Aí foi que veio o serviço topográfico, que não completou, foi semi-oficial, dividiu o lote através da planta aérea e deu posse. Primeiro assentamento a ter pecuarista, porque nunca abriu mão pra pecuarista, aqui abriram mão pra 29 pecuaristas (Acampado, coordenador do grupo da segurança e pecuarista no assentamento Capelinha).

O depoimento acima revela duas especificidades básicas que nos ajudam na caracterização de Capelinha: 1º) foi um dos poucos assentamentos onde a ida para os lotes foi precedida pela omissão do título de posse e pela fundação da associação; 2º) a pecuária foi liberada pelo Incra e incorporada nas atividades agrícolas do assentamento. Essas peculiaridades só foram possíveis graças às formas de organização política vivenciadas no acampamento, onde os acampados reivindicaram e foram capazes de argumentar sobre a importância de se ter experiência com gado em assentamento de reforma agrária.⁵

3. Novos e Velhos Mediadores: O trabalho, a técnica e o uso do território

PERCEBENDO A LENTIDÃO COM que o Incra se arrastava, amarrado por uma estrutura excessivamente burocrática, a Comissão da Terra e as demais forças políticas presentes em Capelinha souberam articular, no momento do acampamento, um curso de topografia oferecido pela UFF⁶ e a criação da Associação dos Assentados. Com o título de posse conquistado e aptos a realizar o parcelamento com o aval da universidade⁷, os trabalhadores deram a cartada que faltava. Com isso, a única saída encontrada pelo Incra, que se viu pressionado, foi direcionar seus poucos recursos para o parcelamento provisório do terreno, que foi realizado com a ajuda dos próprios acampados.

O reconhecimento legal do ato da ocupação de terras pelo presidente Fernando Henrique Cardoso assegurou a implantação do assentamento e a consequente intervenção estatal. O Incra, que já estava envolvido na questão, foi o órgão encarregado de garantir, nesse momento, o fornecimento de recursos materiais e creditícios mais imediatos. Por outro lado, a conquista da terra representou, para os trabalhadores sem-terra, a legitimação da luta e o amparo da lei.

Inegavelmente, somadas ao reconhecimento do assentamento, a criação da Associação e a eleição do primeiro presidente foram decisivas na passagem da condição de trabalhador Sem Terra para trabalhador “Com Terra”, pois a partir disso ocorreu um redimensionamento na luta e na ação coletiva dos acampados, agora transformados em assentados.

O fim da Comissão da Terra e a extinção de quase todos os grupos de trabalho permitem demonstrar as mudanças sofridas na nova dinâmica organizacional do assentamento que, obviamente, refletiu no dia-a-dia dos assentados e nas assembleias. Os poderes passaram a se concentrar no conselho fiscal – órgão fiscalizador das ações da direção – e na diretoria da Associação,

incumbida de representar os assentados. Essa última composta em sua estrutura por um presidente, um vice-presidente, dois tesoureiros, dois secretários, um diretor de transporte e um diretor de patrimônio.

Frente a isso, a organização produtiva do território passa a ser gerida diretamente pela diretoria da Associação. A representante política dos assentados e principal interlocutora na mediação com o Estado (Incrá e Banco do Brasil) traduziram sua relevância na concessão dos primeiros subsídios para a implantação e instalação das famílias em seus lotes. Nessa circunstância, foi fulcral a ação da diretoria e, em especial, da figura do presidente. Por um lado, suas ações reafirmaram o apoio do assentamento São Domingos na obtenção de elementos da infra-estrutura, e, por outro, conseguiu captar recursos externos (fora do Brasil) através da Associação Comunitária Osório Bersot. Essas ações, além de demonstrar a tessitura de uma nova rede de apoio na luta pela reforma agrária, demonstram a força política que Capelinha utilizou para ter acesso aos benefícios estatais.

Assim, no transcorrer do segundo semestre de 1997, começaram a aparecer os resultados do trabalho coletivo empreendido pelos assentados e seus apoiadores. Durante o mês de setembro, foi liberado o primeiro crédito concedido para o fomento/alimentação de cada família, no valor de R\$ 1.080. Em seguida, no mês de outubro do mesmo ano, a Associação recebeu a doação de um trator Massey Ferguson 275 da Associação Comunitária Osório Bersot. Em dezembro, eles receberam o segundo crédito, no valor de R\$ 2.000, destinado para a habitação de cada núcleo familiar.

Segundo um entrevistado, eleito primeiro presidente da Associação:

Em setembro de 97 já saiu o primeiro dinheiro que foi mil e oitenta reais, de fomento e alimentação. Em dezembro do mesmo ano saiu dois mil reais pra fazer a casa, habitação. Em outubro desse mesmo ano, a gente conseguiu esse trator, que minha irmã tem ligação com a ONG, aí conseguiu esse trator, aí na época ela conseguiu a reforma da Associação, aquelas caixa d'água, a casa de farinha, aquele galpão de reunião e essa creche. A gente pediu, ela fez o projeto e encaminhou, aí foi aprovado e saiu, por exemplo: a creche na época que eu pedi foi desde 97, agora que saiu a creche. Teve uma discussão pra saber o que era mais interessante; o trator que saiu rápido porque foi emergência, o trator e aquela obra da associação. Aí veio o trator, aí começou já tomar a terra do pessoal, começou a fazer o plantio, com os mil e oitenta que recebeu aí o pessoal já começou a se virar na terra, aí dezembro saiu os dois mil reais pra fazer a casa, o pessoal já começou a fazer alguma coisinha, e nesse mesmo ano a gente já começou a fazer o projeto da luz, eu tinha conhecimento com o técnico, pedi a ele, ele começou o projeto da luz [...] (Assentado e ex-presidente da Associação dos Trabalhadores Rurais da Fazenda Capelinha –gestão 97/98)

Pelo exposto acima, estamos diante de uma das etapas mais problemáticas para o assentado da reforma agrária. O desafio de permanecer na terra e perseverar no universo da escassez de recursos, principalmente de créditos, não é tarefa fácil. Em muitos assentamentos, isso se tornou um desafio tão forte como foi o de tomar o latifúndio para os trabalhadores. A escassez é total, e apenas as doações de alimentos, roupas e outros objetos de primeira necessidade não supriram as necessidades das cento e trinta e nove famílias assentadas.

Mais do que a liberação pelo Estado dos créditos para a alimentação e habitação, foram necessários contatos pessoais a partir de relações de parentesco entre o Presidente da Associação e a representante de uma organização não-governamental para conseguir a reprodução do espaço do assentamento. Para driblar a precariedade com que se reproduz a maioria dos assentamentos de reforma agrária na falta de apoio à produção e na falta de infra-estrutura, o representante dos assentados apelou para instâncias extra-estatais.

Para uma família que superou quinze meses no acampamento sem nenhum tipo de subsídio oficial do governo, os ínfimos valores liberados pelo Banco do Brasil foi a salvação da lavoura e possibilitou o alargamento do sonho de muita gente continuar lutando.

Nesse momento da liberação dos primeiros créditos de implantação, os assentados contaram exclusivamente com o apoio dos técnicos que faziam parte da rede da reforma agrária e do apoiadores de Capelinha. Essa rede incipiente, por nós denominada mediadores do campo político (Gonçalves, 2002), teve fundamental importância na capacitação técnica e preparação dos trabalhadores para o tombamento e plantio da terra e a construção das casas.⁸

Portanto, podemos afirmar que a luta pelo crédito foi essencial no aprendizado político do grupo de assentados e nos primeiros passos dos investimentos econômicos na terra. O aprendizado político revela que, a partir da reivindicação coletiva, o assentado pode capitalizar positivamente os esforços empreendidos na fase do acampamento. Outra questão suscitada diz respeito ao fato de o trabalhador dirigir seu próprio negócio e não mais se subordinar ao patrão ou fazendeiro.

Nesse sentido, os mediadores tiveram papel decisivo na orientação e destinação final de tais créditos. Com isso justifica-se a presença constante de representantes do assentamento São Domingos e em menor grau do Movimento dos Sem Terra no ordenamento e uso do território. Enquanto o segundo tentava manter vivo o seu espaço político no interior do assentamento, o primeiro plantava muda de árvores e doava sementes de variadas culturas como milho,

feijão, aipim, jiló, entre outras. Muitas dessas sementes foram adquiridas de acordo com as aptidões e conhecimento agrícola presentes nos assentados.

A tabela 2 mostra qual era o tipo de conhecimento das técnicas agrícolas que os assentados detinham. Ela foi sistematizada com base nas entrevistas realizadas na época do acampamento.

TABELA 1
Conhecimento de Técnicas Agrícolas pelos acampados de Capelinha.

Técnicas Citadas	Homens	%	Mulheres	%
Não respondeu	2	1.31	32	21.05
Não conhece técnicas agrícolas	24	15.78	29	19.07
Roça/lavoura branca (policultura)	82	53.94	42	27.63
Lavoura branca e horti-olericultura	23	15.13	8	5.26
Lavoura branca e horti-fruticultura	3	1.97	-	-
Horti-Fruticultura	10	6.57	2	1.31
Fruticultura (citrus, coco e banana)	38	25.00	9	5.92
Cafeicultura	6	3.94	2	1.31
Rizicultura	16	10.52	2	1.31
Irrigação	3	1.97	1	0.65
Preparo do solo (aração)	8	5.26	-	-
Adubação, química e/ou orgânica e calcário	19	12.50	5	3.28
Cana-de-açúcar ⁹	17	11.18	5	3.28
Criação de gado bovino e/ou pequenos animais	11	7.23	3	1.97
Conhecimento de máquinas agrícolas e/ou trab.de mecânico	7	4.60	-	-
Fazer Farinha de Mandioca	1	0.65	2	1.31
Aplicação de agrotóxicos	3	1.97	-	-
Outros ¹⁰	13	8.55	3	1.77

Fonte: Pesquisa realizada em Campo pelo Grupo de Pesquisa em Geografia Agrária/UFF, Nov. 1996.

Do universo total de 160 famílias, cerca de 1.010¹¹ acampados, foram entrevistadas 152 pessoas de Capelinha.

Os dados numéricos acima demonstram que tanto para homens quanto para mulheres é mais presente o conhecimento da policultura a partir do consorciamento da lavoura branca (aipim, batata-doce, etc.) com o milho, por exemplo.

Surpreende que o conhecimento de técnicas agrícolas referentes à cultura da cana não seja um dos primeiros, mas fica entre os seis principais. As técnicas citadas também evidenciam a diversidade de conhecimento agrícola do assentado, nesse momento anterior à chegada dos técnicos do projeto Lumiar. O conhecimento agrícola aqui lembrado pelos entrevistados põe em relevo a herança de um saber camponês.

Reforçando o preposto, Caldart (2000:127) salienta que é na vivência do processo de organização do assentamento que parece mais fácil perceber um entrelaçamento entre os diferentes tempos da história, e que é fundamental para compreender a identidade de um determinado grupo social. Está presente também a herança de muitos séculos de relação dos camponeses com a terra e das marcas que ela deixa aflorar toda vez que um sem-terra se reencontra com ela em um assentamento. E Capelinha vai ao encontro dessas idéias.

4. O Projeto Lumiar e a consolidação do assentamento

COM A CONQUISTA DO ESPAÇO de moradia e a organização do espaço de trabalho em andamento, os assentados de Capelinha passaram a preocupar-se com o desenvolvimento da produção econômica. Nesse interregno, a associação tornou-se um ponto de referência significativa na vida dos recém-assentados e, com unanimidade, passou a ser o lugar da representação dos interesses, principalmente econômicos, do grupo. Se no espaço interno a ação política da associação demarcou de forma importante o território da reforma agrária para além de seus limites territoriais, capitalizou projetos e recursos financeiros essenciais para a sobrevivência e a autonomia das famílias. Assim foi com o projeto Lumiar, que chegou à Capelinha após inúmeras reivindicações e mobilizações conjuntas entre assentados de todo o Brasil.

Nesse sentido, no contexto nacional das lutas por terra, a representação dos trabalhadores assentados no meio rural, a partir da Contag e do MST, logrou do Ministério Extraordinário da Política Fundiária um programa emergencial de assistência técnica, garantindo as condições básicas de apoio ao

desenvolvimento dos assentamentos. Na escala local, a criação do projeto LUMIAR coincide com o momento em que Capelinha inicia a construção de sua infra-estrutura e procura desenvolver estratégias de inserção no mercado.

4.1 A Concepção e o Processo de Implantação do Projeto

A conjuntura relativa à questão agrária brasileira foi reaquecida a partir da ação dos movimentos sociais pautando em seu mapa de luta demandas sociais e urbanas. Em resposta, assistimos às ações governamentais preocupadas em apaziguar os conflitos por terra e, principalmente, em aliviar a pressão política sofrida. Nesses moldes, configurou-se, no final da década de noventa, o 1º Censo Nacional de Reforma Agrária e o Projeto Lumiar de Assistência Técnica aos Assentamentos (Moreira, 1997:163).

A ação estatal desencadeada com a realização do censo e a implementação do Lumiar nos permite detectar algumas inovações de caráter metodológico e político nas políticas públicas destinadas a Assentamentos Rurais.

Dentre as inovações no caráter metodológico, ressaltamos a ênfase no discurso à participação dos assentados, sinalizando para um processo educativo denominado construtivista. Tais inovações tiveram origem num conjunto de experiências já realizadas e reconhecidas pelas organizações de trabalhadores e estudiosos do meio rural brasileiro. Essas experiências foram vivenciadas e difundidas por agências como a FAO¹², universidades como a Unijuí¹³ e cooperativas como a Concrab¹⁴ e a Assocene¹⁵.

A concepção do projeto, portanto, rompe com a visão tecnicista e produtivista dos técnicos da extensão rural convencional. Além do apoio na gestão e na organização, são atribuições do técnico: realizar diagnóstico participativo; apoiar a organização dos assentados em processos de aprendizagem coletiva; promover processos de decisões coletivas; acompanhar e assistir os planos de créditos necessários ao desenvolvimento das atividades dos assentados e de suas organizações, e treinar uma equipe de assentados para cuidar da contabilidade e dos aspectos administrativos da associação (MEPF/Incrá, 1997).

Por conseguinte, as inovações de caráter político nas políticas públicas dizem respeito não só à terceirização dos serviços técnicos nos assentamentos, mas também ao reconhecimento de que os assentados são co-participantes e co-responsáveis como contratantes da prestação de serviços.

Desse modo, temos um ganho político no campo de disputa, delineado com base nos diferentes espaços decisórios. Nesse campo da micropolítica,

participam a Comissão Nacional, Comissões Estaduais, Equipes de Supervisão e Especialistas, e as Equipes Locais de Execução do projeto.

Essas ações visando à redução do distanciamento dos agricultores com as instituições do Estado trouxeram junto de si o trabalho de disseminação de um senso crítico por parte dos assentados que, estimulados pela equipe técnica, procuram desenvolver sua capacidade de autonomia e decisão.

O Lumiar possibilitou a reflexão de uma questão importante para os assentados: o desacerto das instituições tutelares. Desse modo, viver no assentamento tendo consciência de que não se pode esperar muito do Incra, faz com que o assentado comece a tomar iniciativas, dando uma direção ao processo de consolidação do território usado na reforma agrária.

Para reforçar a argumentação desenvolvida acima, trazemos abaixo uma entrevista com um dos técnicos do Lumiar que prestaram assistência técnica a Capelinha durante a existência desse projeto.

Aqui no Rio de Janeiro, o Lumiar começou em 1998, num processo meio complicado, houve uma capacitação em dezembro de 97 aqui em Capelinha e a gente começou a trabalhar aqui em janeiro de 98, na realidade em Capelinha e Santo Inácio. Teoricamente seriam dois dias lá e dois aqui e um dia de escritório, mas nessa roda viva da vida... a gente gastava mais tempo pra cá. [...] Um dos treinamentos práticos na fase de capacitação foi um pré-diagnóstico em Conceição de Macabé, aí conhecemos Capelinha.

[...] o modelo que foi montado era o seguinte: as Associações dos trabalhadores faziam contrato com o Incra, que contratava uma cooperativa para fornecer as equipes técnicas, os profissionais. Então, na realidade, era uma terceirização dos serviços; previa, por exemplo, que os técnicos tinham que fornecer seu veículo e não tinham direitos trabalhistas (Integrante da Equipe Técnica do Lumiar em Capelinha).

Na verdade, o objetivo principal do Lumiar era inserir o assentamento Capelinha no processo produtivo voltado para a lógica de mercado. Todo o saber técnico difundido voltava-se para a gestão da produção e da comercialização dessa produção.

4.2. Assistência Técnica: da teoria à ação

Apesar de todas essas inovações apresentadas com base nos documentos do Projeto Lumiar, na prática, nem sempre os caminhos adotados foram os idealizados. Mesmo com a abertura de um espaço democrático na discussão da concepção do projeto, não foi possível, em tempo real, a organização de representação dos trabalhadores esclarecer o Lumiar na sua base social e divulgá-la.

Com isso, os assentados não estavam totalmente informados a respeito do Lumiar, e faziam certa confusão na identificação com os técnicos do Incra. De início, a chegada dos técnicos a Capelinha deu-se em janeiro de 1998, e o primeiro passo dado por eles foi demonstrar a diferenciação existente entre o Incra e o Lumiar.

Além disso, o papel dos técnicos foi o de colaborar no desenvolvimento da comunidade, realizando os projetos técnicos e eventualmente fazendo a capacitação dos agricultores assentados.

Então, chegando em 1998, nosso primeiro trabalho foi fazer um diagnóstico do assentamento, onde misturamos dados primários com dados secundários, fizemos algumas dinâmicas lá dentro, como mapa-falante, calendário sazonal, diagrama de Veni. As metodologias permitiram a participação coletiva para constituir o resultado do diagnóstico. [...] a metodologia é bem interessante, o problema é que 30 dias para realizar o diagnóstico de Santo Inácio e de Capelinha foi complicado, havia uma pressão. Acabou que a gente atropelou um pouco o processo, a gente não conseguiu analisar os dados, muitos dados no diagnóstico e pouca análise. Acabou que a gente não aproveitou muito o diagnóstico, inclusive para discutir com a comunidade os resultados dele. Bom, então realizada esta etapa, nós começamos a entender minimamente o assentamento e começamos a fazer algum tipo de trabalho lá dentro (Técnico do Lumiar e integrante da equipe local de Capelinha).

O entrevistado ilustra bem a tônica do projeto Lumiar, que não seguiu totalmente o tempo e a dinâmica dos assentados. Apesar de o conteúdo dos documentos oficiais apresentar um avanço nas propostas sociais e de cunho participativo, oferecendo significativo espaço para a instância dos trabalhadores, a realidade demonstrou outros fatos. Pressionados entre os assentados, lideranças dos movimentos sociais e o Incra, os técnicos inicialmente tiveram suas ações observadas e foram cobrados muitas vezes no seu posicionamento político.

No primeiro semestre de 1998, ocorre a liberação de créditos para a produção, o Proceca-Custeio.¹⁶ Essa linha de crédito significou uma demanda concreta, após o diagnóstico, para os técnicos trabalharem o território usado pelos assentados. É interessante notar que os técnicos optaram pela proximidade do trabalho com os assentados em vez das distâncias dos gabinetes, pois viviam constantemente imersos nos problemas deles, chegando às vezes a extrapolar a esfera de atuação profissional.

Nesse sentido, percebemos a valorização do espaço das assembleias, onde foram debatidas e encaminhadas as principais questões.

[...] a gente sempre tentou jogar peso nesse espaço, já que a gente tinha claro que o nosso trabalho não podia ser feito individualizado, que os assentados têm um pouco essa ansiedade, que os técnicos vão nos lotes deles e façam um trabalho individual. A gente tentou usar o espaço da assembléia pra começar a discutir como deveria fazer um trabalho que envolvesse mais gente. Haja visto que não dá pra ir de lote em lote (Técnico do Lumiar e integrante da equipe local de Capelinha).

Diante das demandas colocadas a todo instante pelo conjunto dos assentados, foi preciso, na maioria das situações, que os técnicos pedissem apoio ao pessoal da Prefeitura, Emater e o Instituto Pró-Natura¹⁷. Somente assim era possível dar conta do leque de pedidos imposto pela realidade.

Abaixo destacaremos trechos de entrevista realizada com um dos técnicos, que explicam melhor a dinâmica vivenciada por eles nesse momento intenso de ordenamento territorial do assentamento Capelinha.

Na elaboração do projeto do Procera-Custeio a gente usou uma metodologia interessante que era a seguinte: partindo das condições edafoclimáticas do assentamento, a gente tentou fazer o Procera-Custeio, que era R\$2.000 para cada assentado, elencando seis culturas que a gente achava que teria mais condições de responder naquelas condições ambientais. Aí nós elaboramos os orçamentos individuais de cada cultura e fizemos uma outra opção que era mais interessante: previa não só o custeio agrícola, mas também o custeio pecuário. Previa a aquisição de galinhas para trabalhar no semiconfinamento, compra de vacina, sal mineral. Isso foi uma inovação aqui no Estado do Rio, injetar no Procera-Custeio itens financiáveis que dizem respeito a custeio pecuário.

[...] Aprovado o financiamento junto com o pessoal nós achamos interessante fazer as contas conjuntas. Era a gente tentar organizar os assentados pra que eles tivessem mais poder de barganha. Ao invés de comprar todo mundo individualmente, concentramos as compras para baratear os preços. Compramos uma série de coisas em conjunto, deu um trabalho danado também, as compras foram feitas no município. Injetou um dinheiro no município, de mais ou menos 130 financiamentos, 70 deles entraram livremente nessa idéia, e a equipe técnica mais a diretoria da associação ficaram encarregados de fazer os cálculos e negociar com o fornecedor. Previa-se também que as compras seriam entregues no lote, teria uma série de facilidades, ganharia com a diminuição do preço, e o produto recebido dentro do seu lote (Técnico do Lumiar e integrante da equipe local de Capelinha).

A partir da descrição acima é possível emitir algumas considerações pertinentes às condições ambientais e à organização do grupo. É evidente que um terreno que foi alvo da monocultura da cana-de-açúcar durante décadas apresenta limitações em seu agroecossistema. Mesmo assim, não foi apenas o fator de ordem física que condicionou os investimentos na terra; fator de ordem

política, como as imposições do Banco para liberar os recursos dentro do pacote tecnológico também contaram.

Nesse sentido, é compreensível a autorização do INCRA para a prática pecuária e a conseqüente liberação de verbas para o custeio pecuário. Por outro lado, os técnicos buscaram imprimir um caráter coletivo na elaboração dos orçamentos individuais, à medida que incentivou a abertura de contas conjuntas e a aquisição de insumos e implementos agrícolas em conjunto.

Foi nesse cenário que Capelinha passou a atrair a atenção da Prefeitura Municipal de Conceição de Macabu, que ajudou na capacitação do plantio de maracujá, do Instituto Pró-Natura, com cursos sobre gado de leite e até da Emater, com cursos sobre piscicultura.

4.3. O Assentamento na visão dos Técnicos e o ambiente conflituoso

Entendendo o Lumiar como uma proposta de ordenamento territorial do Estado, ainda que de forma terceirizada, e seus técnicos como mediadores fundamentais na organização produtiva e política do assentamento, foi impossível realizar todas as atribuições idealizadas no projeto referentes às equipes locais. Seja pela questão do limite do tempo ou pela pequena quantidade de técnicos envolvidos, na verdade, foram privilegiadas algumas frentes de trabalho para que se pudesse dar conta das exigências impostas pelas instâncias superiores do Lumiar.

O nosso trabalho se dividia assim: Eu e o Fulano ficávamos mais com as questões produtivas e o outro técnico com as questões mais de geração de renda, saúde e educação. Então, ela trabalhava um pouco com a escola, grupo de saúde, tentando trabalhar as plantas medicinais, começando a discutir a fabricação de compota, geléia, informando as pessoas como se faz higiene, tratamento dos esgotos, cuidados com a água (Técnico do Lumiar e integrante da equipe local de Capelinha).

Para os técnicos, é relevante ter minimamente mapeado o perfil diferenciado dos assentados, pois a partir disso será possível concretizar uma intervenção técnica com estratégias de trabalho sem grandes impactos nas vidas dos assentados.

Não obstante, o perfil heterogêneo do conjunto dos assentados obrigou aos técnicos maiores atenção nas atividades não agrícolas. Não demorou muito e os técnicos logo perceberam que muitos assentados vendiam sua força de trabalho em fazendas próximas ou até mesmo em usinas de cana de Quissamã

e Campos dos Goytacazes. Os recursos fornecidos pelo governo não foram suficientes para tocar a produção agrícola e, com isso, começou a vir à tona uma outra diferenciação no interior de Capelinha. Essa diferenciação tem a ver com assentados mais capitalizados e menos capitalizados.

Prosseguindo com as palavras do técnico:

[...] a gente tentou, enquanto equipe, trabalhar a questão não agrícola, trabalhando artesanato no jornal, fazendo esteiras e principalmente fabricação de geléia, doces e compotas. Só que isso é um trabalho que demanda tempo, não é de uma hora pra outra que você consegue respostas, mas inegavelmente, uma das fontes de renda importante de Capelinha tem que ser as questões não agrícolas, apesar de não haver assim um volume grande por enquanto tem que se usar dessa estratégia. Você aproveitar que está na beira da BR-101 para fazer algum tipo de trabalho que você aumente sua renda familiar com o trabalho não agrícola (Técnico do Lumiar e integrante da equipe local de Capelinha).

Nesse meio de tempo, ao final do ano de 1998, o Inkra trouxe mais uma demanda para a equipe dos técnicos. A realização do Plano de Desenvolvimento dos Assentamentos ou simplesmente PDA justificou-se em Capelinha por ser um instrumento que permitiria mais claramente identificar o seu potencial agrícola. Dessa forma, em alguns meses foram discutidas questões com a comunidade sobre o meio ambiente, produção agrícola, saúde e educação.

[...] a partir das discussões do PDA nós tentamos organizar o pessoal por grupo de interesse. Seria você articular as pessoas com relação ao interesse produtivo: pessoal do gado de leite, pessoal do maracujá, pessoal das cabras e pessoal do peixe (Técnico do Lumiar e integrante da equipe local de Capelinha).

Na perspectiva do assentado temos o seguinte:

Teve um papo de a gente se agrupar pra fazer a compra das muda, porque tem várias pessoas que vai fazer o projeto do maracujá, está fazendo. E esse projeto, é um projeto que depende de um agrupamento, porque na época de venda, tem que tá todo mundo interligado, pra ver caminhão, porque ninguém vai fazer um plantio de maracujá de um hectare ou dois, três pra vender caixinhas de maracujá no Ceasa. Aquele negócio, nós temos que ter sempre um contato com fábrica, pra poder mandar todo o produto. Não adianta a gente fazer um projeto caro e não ter aonde consumir a mercadoria (Assentada da gleba D).

Porém, em nossa visão, essa homogeneização não ocorre de forma tão simples: é necessário mais do que os interesses econômicos para influenciar no

agrupamento das pessoas. A afinidade pode também ser por parentesco, trajetórias pessoais semelhantes ou até mesmo pela participação comum em grupos na época do acampamento.

Por tudo isso, é importante dizer que, para a maioria dos assentados, os técnicos do projeto Lumiar tiveram um significativo desempenho mediante a necessidade e a receptividade manifestada por eles. “Sem técnico não dá pra produzir, porque o que a gente planta sem saber o que está fazendo o inseto come, né? O técnico é que diz: planta aqui, faz isso aqui, faz uma armadilha pra pegar o inseto [...]” (Assentado na gleba C).

Nesse sentido, é preciso deixar claro que essa proximidade entre assentados e técnicos só transcorreu devido aos seguintes fatores: 1º) perspicácia dos técnicos ao perceberem a incompatibilidade do tempo do Incra com o tempo dos assentados, procurando favorecer este último; 2º) vontade política em executar as políticas públicas disponibilizadas para o assentamento; 3º) e, por fim, uma compreensão do trabalho técnico de extensão rural como um trabalho educativo e dialógico.

Com isso, quebraram a estrutura de comunicação rural tradicional e conseguiram envolver a todo instante os beneficiários do projeto nos processos decisórios. Logo, a troca no processo de aprendizagem dos atores ultrapassou a fronteira do saber técnico e do saber popular, significando um trabalho de autonomia entre os assentados e uma conseqüente partilha de poder na complexa relação com o Estado.

Em meio às turbulências que marcaram o Lumiar e aos boatos de que acabaria o projeto, um dos memorandos internos do Incra revela que a comunidade assentada reivindicava terminantemente a manutenção da equipe técnica atual do Projeto Lumiar de forma exclusiva ao projeto de assentamento Capelinha, visto que os beneficiários necessitavam de uma assistência técnica mais permanente e intensiva de forma a vencer as adversidades edafoclimáticas deparadas no Projeto.

Mesmo assim, o assunto não é pacífico e na visão de uma das lideranças da época do acampamento:

[...] o problema de Capelinha é que não tem fiscalização, não tem acompanhamento fiscal. O INCRA chega aqui, bota aí, entregou, tá bom, o interesse deles eu acho que é só entregar a terra e botar o pessoal todo lá dentro, agora vocês se desgraçam aí, se quer ficar, fica aí, se não quer, sai fora, não tem um acompanhamento. O que adianta ir na escola sem professor, a mesma coisa é a reforma agrária. Ela tinha que ter um acompanhamento, ter técnicos trabalhando aqui. Por exemplo, nós tivemos uma equipe técnica que trabalhou, trabalhou

não, ganhou dinheiro aí dois anos, só vinha fazer projetos para apanhar empréstimos, ensinar o povo a trabalhar nunca vi. No meu sítio, veio uma vez porque eu pedi que viesse, que eu tava com uma praga comendo a horta, aí eu pedi que viesse aqui pra dar uma olhadinha e informar um remédio pra matar aquela praga. O que me ensinaram: não deve botar nada, deve deixar, isso é lei da natureza é um comendo o outro, então eu vou deixar ele comer a folha pra eu comer o inseto? Porque o inseto tá comendo minha folha, eu vou ter que comer o inseto? Não vou deixar o inseto comer o que planto, para comer o inseto, acho que não é por aí. Acho que a escolha da equipe foi malfeita [...] (Assentado e pecuarista integrante da Comissão da Terra na época do acampamento).

Separando as questões levantadas acima pelo entrevistado, a título de maior entendimento, constatamos que a insatisfação em tom de desabafo não é direcionada unicamente para os técnicos do Lumiar, a quem denomina de “projetistas”. O alvo do descontentamento é o Incra, principal executor da reforma agrária de Capelinha, que em raras circunstâncias aparece para acompanhar esses momentos críticos da implantação do assentamento. Portanto, a falta de fiscalização e acompanhamento se dá nesse sentido.

Uma última questão levantada é quanto ao modo de atuação dos técnicos no que se refere às práticas agroecológicas. Para o assentado, “eles não sabem orientar” tecnicamente porque não recomendaram o agrotóxico esperado. Isso demonstra de forma explícita a resistência existente no interior do assentamento quanto ao modelo de produção que não seja o do pacote tecnológico da revolução verde.

Entretanto, é possível reconhecer que no assentamento estão em gestação diferentes experiências de educação popular que, com ou sem conflito, interagem com a cultura, a técnica e a própria política dos assentados.

5. Considerações finais

NUM PRIMEIRO MOMENTO, O ALVO da conquista foi a apropriação da terra, e todas as ações dos mediadores voltaram-se para essa finalidade. Por sua vez, os momentos subseqüentes foram tomados por uma variada gama de demandas que fizeram multiplicar, no campo da mediação, as ações e os tipos de agentes mediadores. Entretanto, concentramos nossa atenção na ação dos técnicos do projeto Lumiar, por entender que sua presença, dentre os demais mediadores, assumiu extrema relevância no rearranjo sócio-territorial da vida dos assentados.

No decorrer de sua atuação, a equipe técnica do Lumiar delimitou e garantiu seu espaço no campo da mediação à medida que obteve visibilidade social de

seu trabalho não só internamente, mas também externamente, para além dos limites de Capelinha.

A elaboração de uma visão de mundo com base no saber técnico foi somada a outras experiências trazidas por outros mediadores responsáveis em imprimir idéias, valores e modos de comportamento transmitidos como formas de incorporação de saberes propiciadores da construção de novas posições e identidades sociais. Nesse sentido, é possível falar na definição do saber como instrumento de poder e de emancipação na construção do ator político assentado.

Referências Bibliográficas

- ALEIXO, Duvanil N. S. *Reforma Agrária e Sustentabilidade*. Limites práticos à elaboração e execução de financiamentos com vistas a sustentabilidade no âmbito do Procer/Lumiar: um estudo de caso. Rio de Janeiro: mimeo, 2001.
- ALENTEJANO, Paulo R. R. *Reforma Agrária e Pluriatividade no Rio de Janeiro*: repensando a dicotomia rural-urbano nos assentamentos rurais. (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1997.
- CALDART, R. S. *Pedagogia do movimento Sem Terra*: escola é mais do que escola. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000.
- CARNEIRO, Maria José. *Pluriatividade*: uma resposta à crise da exploração familiar? Trabalho apresentado na XVII Reunião da APIPSA. Porto Alegre: 1994.
- CASTRO, Ana Cláudia R. de; ALEIXO, Duvanil N. S.; MACHADO, Luis Fernando B. *Diagnóstico sócio econômico ambiental do Assentamento Capelinha e seu entorno*. Conceição de Macabu-RJ: mimeo, 1999.
- GONÇALVES, Cláudio U. *A Mediação política e o ordenamento do território*. (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2002.
- MACIEL, Caio (org). *Terra de Cana, terra de gado*: ensaio de geografia agrária no Norte Fluminense. Relatório de pesquisa PROPP/UFF-CNPQ. Niterói-RJ, 1997.
- MEDEIROS, Leonilde S. de; LEITE, Sérgio; BENEDETTI, Adriane Cristina; SOUZA, Inês C. de; ALENTEJANO, P.R.Raposo. Luta por terra e assentamentos rurais no estado do Rio de Janeiro. In: MEDEIROS, L.S (orgs.) *A formação dos Assentamentos Rurais no Brasil*. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. Universidade/UFRGS/CPDA, 1999, p.117-151.
- MELO, Murilo Fiuza de. *MST começa a se organizar no estado*. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 16 de abr. 1997.
- MEPF/INCRA. *Projeto Lumiar*. Diretoria de Assentamentos. Impresso, Brasília: 1997.
- MOREIRA, Roberto J. *Metodologias da reforma agrária*: o Censo e o Projeto Lumiar. Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro, s/v, nº 08, p.163-177, 1997.
- ROMANO, Jorge Osvaldo. Poder, valores e conflito nos processos de organização no interior dos assentamentos. Comentários a um debate. In: MEDEIROS, Leonilde; et al. *Assentamentos Rurais*: uma visão multidisciplinar. São Paulo: Ed.Unesp, 1994, p.249-258.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1999.
- TEIXEIRA, Vanessa Lopes. *Pluriatividade e agricultura familiar na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro*. (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: UFRRJ, 1998.

Notas

¹ O presente artigo com algumas modificações é parte da dissertação de mestrado do autor defendida no CPDA/UFRRJ. Agradeço as observações críticas de minha orientadora Dra. Regina Landim Bruno e aos amigos Ney e Cláudia pelos diálogos elucidativos sobre metodologia participativa.

² A data da ocupação das terras foi em 28/06/1996 e a ida dos assentados para seus lotes foi em final de julho e início de agosto 1997.

³ No momento da delimitação e demarcação dos lotes, o INCRA estabeleceu que o número de famílias assentadas seria 110, levando em consideração as dimensões da área, topografia e a qualidade do solo. Naquele momento, havia 138 famílias acampadas na área da fazenda. Contestando a decisão do INCRA, a Comissão da Terra decidiu que todas as 138 famílias acampadas deveriam ser assentadas. 110 foram cadastradas pelo INCRA e pela Comissão, segundo critérios que davam destaque à participação política (presença em reuniões e manifestações, presença no coletivo e assiduidade no trabalho coletivo, etc.). As 28 famílias restantes foram assentadas em lotes menores.

⁴ O entrevistado se refere ao título provisório de posse da terra.

⁵ No senso comum, as atividades agropecuárias são vistas como atividades de fazendeiro e não de pequenos produtores assentados. Voltaremos novamente ao assunto da pecuária em Capelinha quando tratarmos do Projeto Lumiar.

⁶ Universidade Federal Fluminense localizada em Niterói-RJ.

⁷ A Uff representada pelo departamento de geografia se propôs não só a capacitar os trabalhadores em Niterói, oferecendo alojamento e alimentação, como também a fornecer os equipamentos de que dispunha para a demarcação, como cartas, mapas e o próprio teodolito.

⁸ Um desses exemplos que podemos citar foi o projeto da luz. Tal projeto foi elaborado por um técnico da CERJ, aposentado, residente em Macaé e indicado por uma liderança do assentamento São Domingos.

⁹ Trabalhou como bóia-fria, roçar, capinar, adubar, plantar e colheita.

¹⁰ Cultura do cacau, capim, taioba-inhame, consorciamento, mudas florestais, e fabricação de doces.

¹¹ Segundo censo realizado no período da ocupação pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição de Macabu.

¹² Fundo das Nações Unidas para a Agricultura.

¹³ Universidade de Ijuí localizada no estado do Rio Grande do Sul.

¹⁴ Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil.

¹⁵ Associação de Orientação às Cooperativas do Nordeste.

¹⁶ Segundo o técnico do Lumiar, PROCERA/custeio são financiamentos para culturas de ciclo anual, como feijão, milho, aipim, amendoim, abóbora e melancia.

¹⁷ Organização Não Governamental que trabalha com reflorestamento.

CLÁUDIO UBIRATAN GONÇALVES

Doutorando em Geografia pela Universidade Federal Fluminense

birarural@ig.com.br